

**REVISTA JURÍDICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO  
DO PLANALTO DE ARAXÁ**

**ARAXÁ – MG**

**ANO 7 - Nº 6 – 2003**

REVISTA DO CURSO DE DIREITO DO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ  
ARAXÁ - MG

COORDENAÇÃO  
Prof. MARIA HELIODORA DO VALE ROMEIRO COLLAÇO

### Conselho Editorial

Prof. Francisco Ilídio Ferreira Rocha

Prof. Líbero Cristiano Leal da Rocha

Prof. Erli dos Santos

Prof<sup>a</sup>. Eliana Maria Pavan de Oliveira

Prof<sup>a</sup>. Maria Heliadora do Vale Romeiro Collaço

REVISTA DO CURSO DE DIREITO DO CENTRO  
UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ

Fundação Cultural de Araxá

Vol. 1 n° 6, 2003

Araxá - MG: FCA

Anual

1. Direito - Periódico - 2. Ensino Superior - Periódico

1. Fundação Cultural de Araxá

CDU: 34(05)

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

I	A INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL COMO AGENTE COLABORADOR E REESTRUTURADOR DO PROCESSO DE CRISE ECONÔMICA DA EMPRESA SEDIADA EM SEU TERRITÓRIO <i>Maria Heliadora da Vale Romeiro Colloço</i> .....	09
II	DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA O TOMBAMENTO <i>José Tarcízio de Almeida Melo</i> .....	45
III	DA ORIGEM DO PODER À ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO NO LEGISLATIVO <i>Marielen Borges Lemos</i> .....	55
IV	O GESTOR PÚBLICO E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL <i>Lídia Maria de Oliveira Jordão Rocha da Cunha</i> .....	88
V	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO <i>Sydney Aparecida Miranda Fonseca</i> .....	96
VI	SISTEMAS DE EMERGÊNCIA <i>Francisco Illídio Ferreira Rocha</i> <i>Genney Randro Barros de Moura</i> <i>Daniela de Melo Crosara</i> .....	105
VII	EFEITO CIVIL DA SENTENÇA PENAL E O PRINCÍPIO DA UNICIDADE JURISDICIONAL <i>Líbero Cristiano Leal da Rocha</i> .....	133
VIII	CONTRIBUIÇÃO ÀS TÉCNICAS DE REDAÇÃO LEGISLATIVA: OS PRAZOS DE VIGÊNCIA DA LEI NO DIREITO BRASILEIRO - A LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 1998 <i>Alexandre Walmott Borges</i> .....	144
IX	REPARAÇÃO DE DANOS - REGISTRO INDEVIDO NO SPC, SERASA E CONGÊNERES <i>Vanessa Verdolim Hudson Andrade</i> .....	155
X	DA PROIBIÇÃO DE CLÁUSULAS ABUSIVAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR <i>Eliana Maria Pavan de Oliveira</i> .....	176
XI	REFORMA AGRÁRIA - UMA VISÃO HUMANITÁRIA E SOCIAL <i>Daniel César Botto Colloço</i> .....	196
XII	PRECATÓRIOS: A EXCRESCÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO <i>Diamantino Silva Filho</i> .....	206
XIII	FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL – NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA FIRMA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA <i>Almir Garcia Fernandes</i> .....	217
XIV	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DANO MORAL E O NOVO CÓDIGO CIVIL RELACIONADO COM O DIREITO DE FAMÍLIA <i>Graziella Fernandes de Lima</i> .....	225

XV	AS SOCIEDADES COOPERATIVAS <i>Mírian Tereza Teixeira Araújo Santiago</i> .....	232
XVI	A RESPONSABILIDADE CIVIL NO TOCANTE ÀS CIRURGIAS PLÁSTICAS <i>Isabel Cristina Bueno Garcia</i> <i>Luciana Leime Fetterman</i> .....	239
XVII	FORMAS DE DEFESA DO RÉU – UM BREVE ESTUDO SOBRE RECONVENÇÃO E CONTESTAÇÃO <i>Robson Merola de Campos</i> .....	248
XVIII	O SISTEMA PENITENCIÁRIO NO BRASIL <i>Cacilda Lemos Montandon</i> .....	254
XIX	SEGURANÇA PÚBLICA <i>Rogério Carvalho dos Santos</i> .....	272
XX	GLOBALIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO - ALTERAÇÃO DO ARTIGO 618 DA CLT <i>Natália Montandon Esteves Pires</i> .....	278
XXI	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL <i>Nayara Andrade Pereira</i> .....	286
XXII	O DIREITO À EDUCAÇÃO <i>Nilson Vieira de Carvalho</i> .....	295
XXIII	NOSSA ARMA, NOSSA SALVAÇÃO! <i>Terezinha das Graças do Prado</i> .....	297

## APRESENTAÇÃO

O Centro Universitário do Planalto de Araxá tem a grata satisfação de apresentar o sexto número de sua Revista Jurídica.

Nosso Curso de Graduação em Direito, numa perspectiva e tendência pós-moderna, tem como marco inicial e referencial o estudo sistematizado da Ciência Jurídica sob o aspecto construtivista da Dogmática do Direito, visando a fornecer o instrumental teórico para a formação crítica das Instituições que circundam e aparelham o jurista para a efetiva exegese dos diversos ramos jurídicos.

Neste contexto, mister se faz a produção científica como alinhamento do pensamento palmilhado em face da aplicação de novas doutrinas que hão de, a seu tempo e modo, estruturar e capacitar a comunidade acadêmica para os horizontes que norteiam, diuturnamente, as atividades cognoscentes da árdua mas necessária exteriorização e materialização da Ciência do Direito na praticidade.

O presente trabalho tem como escopo fomentar toda a comunidade acadêmica para, à luz e amadurecimento das novas tendências do pensamento jurídico, estruturar linhas de ação no sentido de associar o objeto ante a sua especificidade pois, somente através do estudo diuturno, poder-se-á solidificar o embasamento científico, haja vista o *iter* que a Dogmática do Direito proporciona aos teóricos ante às suas reflexões.

Reiteramos que nossos leitores procedam à leitura dos artigos elaborados, sob a ótica da criticidade e sejam capazes de discernir o que contém de precioso e digno de ser assimilado e o que contém de discutível e aprimorável, pois cada um deles é de responsabilidade de quem o redigiu.

Por último, externamos o preito de gratidão, em nome de nosso Centro Universitário, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram na concretização de mais uma edição da nossa Revista Jurídica.

MARIA AUXILIADORA RIBEIRO  
Reitora